

Polícia Federal organiza paralisação para o dia 28

De forma lenta, mas progressiva, as entidades de classe da Polícia Federal estão subindo o tom de voz com o governo Lula. Para o próximo dia 28 de março está marcada uma paralisação da categoria. Nesta semana, ocorreram protestos em Brasília. Federações corporativas locais têm demandado que policiais não abaiquem as cabeças para superiores que julguem ter cometido excessos.

Os agentes federais estão em estado de greve desde o dia 15 de fevereiro. O motivo é o não cumprimento do acordo assinado no dia 2 de fevereiro de 2006, com o então ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. O compromisso dizia que haveria um reajuste salarial de 70% dividido em duas parcelas, de 35% cada. A intenção dos policiais é diminuir a diferença salarial da categoria entre outros cargos criminais da União, como o Ministério Público e a Magistratura Federal.

Representantes de todas as categorias do Departamento de Polícia Federal fizeram um protesto na tarde da quinta-feira (15/3) no Ministério da Justiça. Cerca de 100 policiais federais se concentraram no Salão Negro do ministério para cobrar o cumprimento do compromisso assinado pelo governo em relação à segunda parcela da recomposição salarial. As entidades também se manifestaram contrárias ao anteprojeto de Lei Orgânica da Polícia Federal.

O presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais, Marcos Vinício Wink, pede o cumprimento do acordo assumido pelo ministro Márcio Thomaz Bastos. "Não admitimos que, além de não cumprir um acordo assumido conosco, o governo apresente uma proposta de lei orgânica que não contemple o conjunto dos servidores".

A mobilização em todo Brasil para a paralisação do dia 28 está sendo organizada pela Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal (ADPF), pela Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapef) e pela Associação dos Peritos Criminais Federais (APCF).

Protesto

Na sexta-feira (16/3), os policiais federais de Alagoas realizaram um ato de protesto contra o processo de demissão do escrivão de Polícia Federal Eriberto Pinheiro. Ele está ameaçado de perder o cargo, caso o superintendente da PF em Alagoas, delegado Bórgson Toledo, despache o resultado da sindicância para Brasília. A manifestação foi realizada na sede da Superintendência Regional da PF, no bairro de Jaraguá, em Maceió.

Segundo o presidente do Sindicato dos Policiais Federais no Estado de Alagoas (Sinpofal), Jorge Venerando de Lima, desde que o resultado dessa sindicância foi divulgado, no final da gestão do ex-superintendente da PF em Alagoas, Carlos Rogério Cotta, a categoria está revoltada com "tamanho injustiça". Os policiais organizaram um abaixo-assinado pedindo que o servidor não receba a punição.

"O único crime que esse escrivão cometeu foi pedir autorização à superintendência da PF para estudar em horário especial. Ele não matou, não roubou, não participou de nenhum ato de



corrupto, mesmo assim pode perder o emprego, e ficar com sustentar a mulher, que sofre de depressão, e dois filhos, afirmou Jorge Venerando.

Esta sindicância está cheia de falhas jurídicas e foi feita apenas para perseguir esse servidor. E as penalidades previstas nessa lei não são aplicadas a gestores públicos, que tenham relação direta com recursos públicos, o que não foi o caso do servidor que está ameaçado de demissão, prossegue Venerando.